

Sem convicção nem responsabilidade

Sempre que se encontra numa situação incômoda, tendo de explicar a seus prosélitos alguma atitude que tenha fugido do padrão ético por ele prometido e por estes exigidos, o presidente Fernando Henrique Cardoso recorre a uma citação. Sua tábua de salvação é, desde sempre, a diferença, estabelecida por seu mestre-prior, o sociólogo alemão Max Weber, entre a ética da convicção e a da responsabilidade. Esse é um velho tema, sempre renovado, tantas vezes a ele o weberiano no poder tem voltado — o que, de certa forma, estabelece também a freqüência de seus escorregões no território pantanoso da política partidária pátria. A última vez, mas nunca a derradeira, foi na aula magna que proferiu no Hospital Sarah Kubitschek, na semana passada.

Por tantas vezes ter sido usado para explicar episódios turvos, do ponto de vista moral, Max Weber pode começar, de repente, a ser confundido com um intelectual amoral, que nunca foi, uma espécie de Maquiavel erudito, capaz de encontrar justificativas ou, no mínimo, atenuantes para atitudes pouco dignas — que um adversário do presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, que dificilmente o terá lido, já cunhou de “maracutaias”. Em seus tempos de escriba privilegiado do dr. Ulisses e intelectual-padrão do velho MDB, o professor Fernando Henrique Cardoso gostava de definir o partido que congregava todas as correntes da oposição política civil ao autoritarismo militar como “ônibus”. Antes de Max Weber (que descanse em paz) ser convertido num álibi-ônibus para as escapadelas éticas do tucanato no poder, talvez seja conveniente pôr isso em pratos limpos.

Para começo de conversa, é conveniente esclarecer que o coi-



“Um estadista é um homem calmo, ele conta suas mentiras por rotina”
(W. B. Yeats)

tado do professor Weber nada tem que ver com as traçalhadas presidenciais em sua recente e malfadada reforma ministerial. Afinal, ao distinguir (pondendo-os em campos opostos) os dois tipos de ética, presentes na política, ele não exclui nem privilegia uma ou outra nem faz juízo de valor, até por reconhecer, explicitamente, a incapacidade de se reduzir o problema, teoricamente. Afinal, em *O Sábio e o Político* (atenção, marqueteiros da campanha reeleitoral, não se trata de nenhuma profecia sobre nosso cacique supremo), ele escreveu: “Nenhuma ética no mundo nos pode dizer em que momento e em que medida um fim moralmente bom (hoje, se diria *politicamente correto*) justifica meios e consequências moralmente perigosas.”

É evidente que não se pode conceder ao texto de Weber (como, de resto, a texto algum, nem mesmo aos escritos por Marx, Freud ou até pelos quatro evan-

gelistas) o benefício do dogma absoluto. Ele data de 1919 — já lá se vão 79 anos — e está limitado pelas circunstâncias políticas de sua época, não adaptado às peculiares da nossa. Ainda assim, reconhecendo a atualidade profética de sua lógica, não se deve aceitar passivamente sua utilização como uma espécie de salvo-conduto pleno e perene para concessões do tipo moral.

Não é lícito atribuir à expressão “de responsabilidade” um poder mágico capaz de aumentar a elasticidade do substantivo “ética”, que o precede no termo (*Verantwortungsetisch*). Ao definir-la por inteiro, o maior entre os colegas sociólogos de Fernando Henrique neste século não busca justificativas para fraudes ou falcatrusas, podendo, no máximo, avalizar a eventual omissão ou o silêncio conveniente do estadista, desde que ele vise ao bem maior, o coletivo. Ao nomear o senador Waldeck Ornellas para o Ministério da Previdência, o presidente não atende a nenhuma necessidade do sistema previdenciário como um todo. Mas garante feliz aposentadoria ao senador Antônio Carlos e sólido futuro a seu rebento, Luís Eduardo. Imaginar que isso possa promover o bem coletivo requer

uma sinédoque generosa, que confunda o clã Magalhães e sua natural extensão, o PFL baiano, com todo o povo brasileiro.

Da mesma forma, será difícil — até para o mais esforçado dos bajuladores intelectuais do chefe de governo — encontrar algum traço de ética política ou laivo de responsabilidade administrativa na criação do Ministério fantasma da Reforma Institucional, entregue à facção piauiense, na pessoa do senador Freitas Neto, do mesmo PFL. Sua Excelência que perdoe a irreverência da citação, mas, na verdade, essa tentativa de encontrar em qualquer cientista social, mesmo menor, a razão maior para a nomeação de um político de Alagoas, talvez o território onde a justiça mais seja violentada no Brasil, para o Ministério da Justiça merece como epígrafe o verso que abre *A Velha Cruz de Pedra*, poema de um contemporâneo de Weber, o irlandês W. B. Yeats: “Um estadista é um homem calmo, ele conta suas mentiras por rotina.”

E, na próxima vez em que se sentir tentado a usar sua citação favorita do cada vez mais preferido entre seus mestres amados, talvez seja bom o presidente-sociólogo se lembrar da advertência feita por ele mesmo, e justamente em seu texto-ônibus, *O Sábio e o Político*: “Isso não quer dizer que a ética da convicção seja idêntica à falta de responsabilidade nem à ética da responsabilidade, a ausência de convicção.”

O político ideal, segundo Weber, dosa com sabedoria a paixão da fé e a frieza do cálculo. Ao disputar sua reeleição, Fernando Henrique, agora FHC, se pretende aproximar-se desse perfil, deve lembrar-se de que se elegeu pela primeira virtude, mas no governo tem exagerado demais na dose da segunda. A continuar nesse rumo, corre o risco de, já perdido da convicção, faltar ao novo encontro marcado com a responsabilidade. O que seria uma pena para todos nós — o País.

